

INICIATIVA CINTURÃO E ROTA NA AMÉRICA LATINA: ENTRE ADESÕES E HESITAÇÕES**Carlos Renato da Fonseca Ungaretti Lopes Filho**Pesquisador do Subprograma de Pesquisa para o Desenvolvimento Nacional (PNPD) na Diretoria de Estudos Internacionais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Dinte/Ipea). *E-mail:* <carlos.fonseca@ipea.gov.br>.**Ticiania Gabrielle Amaral Nunes**Pesquisadora do PNPD na Dinte/Ipea. *E-mail:* <ticiania.nunes@ipea.gov.br>.**Giulia Marianna Rodrigues Di Marco**Pesquisadora do PNPD na Dinte/Ipea. *E-mail:* <giulia.marco@ipea.gov.br>.**Marco Aurélio Alves de Mendonça**Técnico de planejamento e pesquisa na Dinte/Ipea. *E-mail:* <marco.mendonca@ipea.gov.br>.DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td2818>

Este estudo buscou demonstrar a extensão da Iniciativa Cinturão e Rota (em inglês, Belt and Road Initiative – BRI) na América Latina e no Caribe (ALC) a partir de 2018, focando estudos de caso. O trabalho se estrutura em duas seções, além da introdução e das considerações finais.

Inicialmente, buscou-se interpretar o avanço da BRI na região à luz do marco teórico conceitual da economia política internacional (EPI) e a partir das formulações do campo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (CID), visto que se considera que a iniciativa está estreitamente associada à CID promovida pela China. Em um segundo momento, tentou-se entender a BRI, também conhecida como Nova Rota da Seda, e sua reverberação na ALC, última região a ser integrada, e entendida como extensão natural da Rota da Seda marítima.

Ao longo do século XXI, as relações comerciais entre China e ALC evoluíram de forma expressiva, sendo acompanhadas pela introdução de novos investimentos, novas operações de crédito e novos projetos de infraestrutura, bem como o estabelecimento de iniciativas diplomáticas bilaterais e multilaterais. Nesse contexto, a BRI se sustentou pela conectividade transnacional, meio primordial de facilitação dos fluxos de comércio e investimento.

A concepção da BRI e sua expansão na região pelas lentes da EPI mostraram-se convenientes na discussão apresentada sobre suas motivações e seus impactos. A

despite das denúncias e críticas por parte de analistas e autoridades políticas estadunidenses, verificou-se que as consequências associadas à adesão de países latino-americanos à BRI não podem ser reduzidas à disputa por um espaço estratégico para a manutenção do poder dos Estados Unidos, mas apresentam-se como um processo complexo e multifacetado.

Adicionalmente, mostrou-se prolífico associar a expansão da BRI na América Latina à CID promovida pela China com os países em desenvolvimento, visto que o financiamento de projetos com potencial de mudança estrutural e, especialmente, os de infraestrutura são elementos integrantes da iniciativa desde sua concepção inicial. Apesar das controvérsias vinculadas a projetos de grande porte financiados sobre o emblema da BRI, é inegável que as instituições de desenvolvimento chinesas se apresentaram, nesse período, como alternativa valiosa frente ao esgotamento das fontes internacionais tradicionais de empréstimos.

A extensão da BRI para a ALC gerou, portanto, uma série de debates. Por meio da análise de casos, buscou-se endereçar tais questionamentos, tendo sido possível reforçar a concepção de que a iniciativa é multifacetada e adaptável às circunstâncias, admitindo distintos níveis de engajamento. Neste sentido, procurou-se “desconstruir” a BRI e seu avanço heterogêneo na ALC, o que permitiu avaliar as oportunidades e os desafios que se apresentam aos países ou grupo de países da região.

SUMEX

Em outras palavras, destacaram-se principalmente as oscilações por parte dos países latino-americanos: enquanto alguns preferem aderir; outros, hesitam. Argumenta-se que a expansão da iniciativa na região, bem como seus instrumentos e objetivos, não deve ser inerentemente compreendida de forma homogênea, mas, preferencialmente, com atenção aos casos específicos.

No caso dos países andinos, constataram-se similaridades e diferenças, em todos os países da sub-região, aderindo ao marco da iniciativa, exceto a Colômbia, país que nutre fortes laços econômicos e de segurança com os Estados Unidos. Para os demais países, a atração de recursos para projetos de infraestrutura aparece como fator em comum, embora existam nuances particulares.

Os casos do Brasil, da Argentina e do México apresentam peculiaridades, visto que são países com maior peso regional e nível mais elevado de diversificação de suas economias. Dessa forma, a percepção de benefícios tangíveis e adicionais, somado às relações com a potência norte-americana, em grande medida determinou os seus comportamentos até o momento. A adesão argentina se justifica pela expectativa de melhoria das conexões logísticas, promoção de uma transição energética híbrida, desenvolvimento de programas de cooperação tecnológica e garantia da estabilidade cambial e financeira, além da ampliação e diversificação das exportações. Brasil e México, por sua vez, não identificaram, até o momento, vantagens adicionais com uma possível entrada na Nova Rota da Seda.

Talvez ainda seja prematuro avaliar os impactos decorrentes da BRI na ALC, embora seja possível identificar riscos e potencialidades atrelados à iniciativa. Os casos aqui analisados cumprem papel importante ao elucidar as necessidades, os dilemas e as percepções de custo-benefício dos países da ALC em relação à “nova roupagem” simbolizada pela BRI no marco das relações sino-latino americanas.

Por fim, é possível sugerir que novos projetos de infraestrutura sob o signo da iniciativa se desenvolvam nos próximos anos, por conta da “lógica de complementaridade” entre China e ALC, na qual o país oriental pode preencher as históricas vulnerabilidades regionais de financiamento e assistência técnica para execução de projetos de infraestrutura.